

Acritica  
19/4/98  
250 A7

# Indígena questiona a Justiça no Brasil

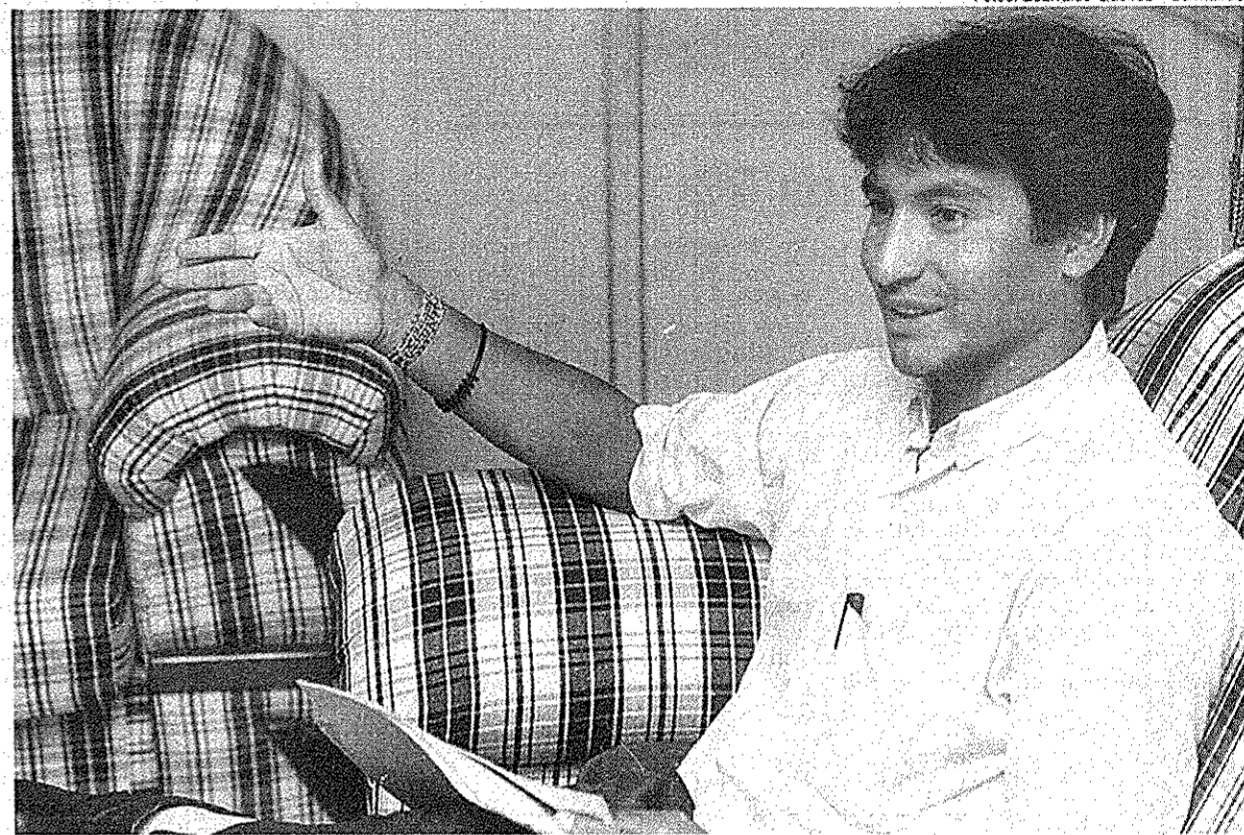
Para Sebastião Manchinery, até hoje a Justiça não deu provas de sua existência ao índio. Todos os massacres e assassinatos de indígenas estão impunes

Fotos: Euzivaldo Queiroz - 26/mar/98

Ivânia Vieira

A luta pelos Direitos Humanos está a reboque das questões econômicas e dos interesses políticos dos países e dos grandes partidos? Para Sebastião Manchinery, 28, sim. Foi essa versão de verdade que ele procurou mostrar ao concluir um curso, de seis meses, sobre Direitos Humanos, em Genebra, Suíça. Disse mais: "A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma nova forma de colonizar os países, promovendo a guerra em nome da democracia". Tais declarações incomodaram mas, para Manchinery, maior ainda tem que ser a inquietação das organizações indígenas

quanto a este tema. "Há uma contradição muito grande entre o conceito de Direitos Humanos e o respeito a esses direitos quando entram em cena os interesses político-econômicos", afirma. Coordenador do Programa de Conhecimento Indígena, na América do Sul, Sebastião Manchinery está retornando para o Acre e às tarefas que desempenha desde os 19 anos dentro de várias organizações indígenas. Carrega consigo o nome do seu povo - os manchinery - e a bandeira da autonomia dos povos indígenas do Brasil. "Tenho certeza de que o conjunto das organizações indígenas pode fazer a interlocução com os governos e com as instituições", diz. A seguir trechos da entrevista que concedeu A CRÍTICA:



Sebastião Manchinery: "Por sermos minoria no poder, não podemos decidir sobre nosso destino"

**A CRÍTICA - A relação povos indígenas versus governos avançou?**

Sebastião Manchinery - Somos minoria e não estamos no poder. Então isso já é uma relação bastante diferente e difícil. Por sermos minoria não conseguimos tomar decisões que deveríamos tomar, embora haja repercussão sobre os atos que praticamos. Mais: ainda não temos a possibilidade de decidir sobre nossos destinos. De qualquer forma, acho que isso está sendo invertido atualmente. O governo já nos ouve, até nos consulta para fazer alguma coisa, embora em muitas das vezes não atenda às nossas reivindicações. Penso que cabe a cada um de nós, enquanto líderes de organizações, e às organizações como um todo, saber aproveitar esses espaços e conseguir fazer do movimento indígena uma bandeira de luta para o conjunto dos povos indígenas que luta pela vida, pelo reconhecimento dos seus direitos e pela dignidade de ser visto como ser humano, com suas diferenças.

**AC - No campo do Direito, quais as questões que mais preocupam o movimento indígena?**

SM - É o não-cumprimento da legislação brasileira, à exemplo do que fez o governo com os prazos para demarcação das terras indígenas que venceram e não se demarcou todas as terras; os casos dos massacres como os do Capacete (Benjamin Constant, em 1988) e o assassinato do Galdino Pataxó (Brasília, 1997) e outros que até hoje a Justiça não fez com que pudéssemos ter confiança nela. Se a Justiça existe é para determinado grupo social.

**AC - Como o movimento indígena vê a Justiça no Brasil?**

SM - Esta é uma questão muito discutida entre nós. Será que a gente confia na Justiça que existe hoje? Qual o exemplo que a Justiça nos deu para confiarmos nela? Foi a impunidade de todos os assassinatos, de todos os massacres, de todas as violações dos nossos direitos. Esta é uma dúvida e uma pergunta, quem sabe os juristas, as pessoas que têm o papel de fazer a lei funcionar comecem a pensar se realmente estão a serviço da população, deles próprios ou de um pequeno grupo.

**AC - Há, para o movimento indígena, registro de casos em que a Justiça foi justa?**

SM - Eu não diria que a Justiça depois de 30 anos é justa, ainda que sua sentença seja para punir os culpados. Mas, não é justa, porque a pessoa fez o que quis fazer, gozou da liberdade impunemente. Eu não chamo isso de Justiça, e sim de um processo de enganação do sistema jurídico. Por exemplo, Marçal Tupã-Y, (assassinado no início da década de 80), não condenaram os assassinos dele e sequer sabem quem foram. Até porque o processo já começa errado, não há interesse em investigar um caso sobre a questão indígena e se faz uma bagunça nos processos para, depois, ter que se fazer tudo de novo. Não se chega a lugar algum. É muito difícil acreditar nesse sistema, embora eu acredite na possibilidade de mudar.

**AC - Então, o não-cumprimento da lei é a questão mais grave, hoje, para o movimento?**

SM - É o fundamental agravante em toda essa história, onde prevalece a impunidade, principalmente quanto à questão do respeito e da continuidade da existência das diferenças culturais dos povos indígenas. Na medida em que isso não é combatido, muitos povos indígenas

não valorizam a sua cultura, porque passam a compreender que se ela permanecer passarão por processo idêntico de destruição. Isso é o mesmo que dizimar o povo e o próprio povo faz isso na medida em que se sente desprezado.

**AC - A Constituição brasileira é apontada, com frequência, como um conjunto avançado de leis. E, para os povos indígenas?**

SM - Em não sendo cumprida o avanço é questionável. Os recursos existentes no sistema jurídico são insuficientes para atender às necessidades dos povos indígenas. Eu pensava que a Constituição brasileira era uma das melhores, como relação aos povos indígenas, em diferentes partes do mundo. Depois, descobrimos, bem do lado do Brasil, na Colômbia, uma constituição que permite aos povos indígenas serem autônomos, geradores de suas atividades econômico-financeiras em cooperação com o governo. Isso não aconteceu no Brasil. Financiar uma organização indígena ainda é tido como improvável, porque se acredita na incapacidade dos povos indí-

**SM - Seria um programa indígena em cooperação com diferentes instituições. O governo brasileiro teria que ter muito mais responsabilidade com as questões sociais do País do que esperar pelas cooperações internacionais. Até o presente momento não sabemos quais os interesses das cooperações internacionais com os povos indígenas. O que eles querem em troca? De acordo com a nossa trajetória histórica, ninguém ajuda sem querer nada em troca. Eu diria que se os governos assumissem a responsabilidade de desempenhar esse papel, teríamos uma convivência muito mais pacífica, de equilíbrio e de cooperação entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. Isso não significa que os povos indígenas têm que se transferir para a cidade e nem que a cidade se transfira para as áreas indígenas. Neste País, tem espaço para todos.**

**AC - Você acredita, realmente, que esta é uma proposta possível?**

SM - Sim. O conjunto das organizações indígenas pode fazer a interlocução, apresenta todas as condições de ter representatividade legítima, autônoma e capaz de desenvolver esse tipo de programa em cooperação com os diferentes organismos. Não tenho nenhuma dúvida de que isso daria muito mais resultado do que os programas existentes até hoje. As ações destinadas aos povos indígenas acabam se perdendo na burocracia, nas viagens... Haveria melhor aproveitamento dos recursos e avanços na formação do quadro de pessoal indígena.

**AC - As organizações indígenas têm proposta de programa para apresentar?**

SM - Esta começou pela formação de quadros. Se não tivermos um conhecimento básico sobre determinadas atividades, teremos muito mais dificuldades para desenvolvê-las e nos relacionarmos com os outros. Formar quadros é uma das nossas preocupações e as organizações estão investindo nesta área. A outra, é desenvolver programas de atividades econômicas - uma das questões que mais prejudica os povos indígenas, principalmente os que vivem mais próximo das cidades.

**AC - O que as organizações têm para propor? Por exemplo, na área de ecoturismo?**

SM - A questão do ecoturismo nos preocupa. É uma atividade que nos deixa com alguns receios, embora

muitos já a pratiquem, como em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus, região do Alto Rio Negro) e Parintins (a 325 quilômetros de Manaus, região do Médio Rio Amazonas). Pelo que conhecemos de turismo em terras indígenas, as relações têm sido bastante conflituosas, a começar pelo completo desconhecimento dos visitantes sobre a cultura do povo. Há desprezo às pessoas, e a entrada do dinheiro cria divisões dentro da comunidade. As experiências têm sido bastante negativas, tomara que apareça uma positiva. Eu não conheço nenhuma.

**AC - E outros projetos...?**

SM - Os mais convenientes seriam os de agricultura, criação de animais domésticos, produção de artesanato. Com isso, criaríamos alternativas econômicas, de valorização da cultura e até um mercado dos produtos que os povos indígenas produzem. Outra questão, seria abrir o comércio. Os povos indígenas poderiam exportar o excedente do que produzem, como o arroz, a farinha, as frutas e o feijão. O que nos falta é o mercado consumidor.

**AC - As organizações têm um estudo sobre o que é produzido pelas populações indígenas da Amazônia?**

SM - Temos um estudo sobre desenvolvimento sustentado, realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) nos anos de 94/95. Sua proposta era fazer referências sobre a produção e a contribuição dos povos indígenas com relação ao desenvolvimento sustentado e, uma das conclusões a que esse estudo chegou é a de que os povos indígenas têm contribuído de maneira eficaz com a produção dessas espécies (mandioca,

milho...) para garantir a produtividade e o equilíbrio do meio ambiente. Resumindo: temos algumas produções na área da agricultura, embora se caça e se pesque, hoje com muito mais dificuldades, porque os espaços se tornaram menores.

**AC - O que é o Programa de Conhecimento Indígena?**

SM - Em 1994 foi criada, num encontro sobre biodiversidade, realizado em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, a Rede Indígena de Biodiversidade e dentro dela funciona o Programa de Conhecimento Indígena. A sua secretaria está sediada em Otawa, no Canadá. É uma rede composta unicamente por índios, dividida em cinco regiões do mundo. Na América do Sul, recebi a proposta para coordená-la. Estou iniciando as atividades, como coordenador, agora, no Acre. Sou uma referência para receber os projetos e submetê-los ao secretariado, que deve se reunir no final deste mês, para analisar todos os projetos e aprovar quatro deles que serão financiados em diferentes partes do mundo. Será a nossa experiência para formar membros dos povos indígenas com relação a propriedade intelectual, ao desenvolvimento sustentado, ao resgate cultural e também criar condições para que os povos indígenas tenham maior participação nos programas que tratam desses temas.

**AC - Qual é a diferença entre direitos humanos e direitos indígenas?**

SM - Os direitos humanos são aqueles direitos fundamentais a cada ser humano. Os dos povos indígenas são mais específicos, como o de ser diferente dos outros povos ter um idioma próprio, um sistema de educação próprio, um sistema de

saúde próprio. Eu não vejo nenhuma contradição entre esses direitos. É um entendimento jurídico sobre esses povos tratados como minorias, assim como mulheres, crianças, negros.

**AC - Até que ponto o econômico e o político determinam os direitos dos povos?**

SM - Essa é uma questão polêmica. Fiz um curso durante seis meses, de junho a dezembro de 1997, no Centro dos Direitos Humanos, em Genebra, e tratei das questões sobre o respeito e o direito à liberdade fundamental do ser humano. Há uma discussão muito grande sobre o respeito a esse direito, o cumprimento desse direito e à sua promoção. A impressão que eu tive do que pude apreender do sistema das Organizações das Nações Unidas é que não existe direito do homem se não existirem questões econômicas. O econômico é muito mais determinante do que a própria carta das Nações Unidas que prega que se deve respeitar direitos humanos independentemente das condições sociais da vida de qualquer povo ou pessoa. Na prática, isso não acontece. A conclusão de curso que fiz foi de que as Nações Unidas eram uma nova forma de colonizar os países e promovia a guerra em nome da democracia. Há uma contradição muito grande entre o conceito de direitos humanos e o respeito a esses direitos com relação aos interesses político-econômicos. Até o presente momento fica muito difícil se ter uma definição sobre a prioridade dos direitos humanos ou se eles vão a reboque das questões econômicas e dos interesses políticos de diferentes países e partidos.



“ A Justiça no Brasil é muito discutida entre nós. Se ela existe, é para um determinado grupo ”

genas e se mantém o processo de tutela. Ao invés de ser um avanço, o governo, ao se portar assim, promove o atraso ao próprio crescimento da humanidade, do cidadão enquanto indivíduo.

**AC - Os povos indígenas do Brasil teriam condições de formar parcerias com os governos, de eliminar a tutela?**

SM - Tranquilamente. Tem uma complexidade grande, mas que não elimina a possibilidade de se criar novas formas de relacionamento. Muitos povos indígenas precisam de atenção especial, o que não significa que precisam de tutela, ou de serem tratados como seres em um zoológico. Vários povos indígenas têm condições de tocar a sua própria vida. É isso que faz a diferença e essa diferença consta hoje - as organizações são fruto deste processo. Com certeza, se juntássemos todas as pessoas para desenvolver um amplo projeto para as nações indígenas na área de alternativas econômicas, de educação, saúde... conseguiríamos fazer.

**AC - Seria a proposta dos povos indígenas para os governos?**



Os indígenas gozam de direitos específicos, como idioma próprio

## Distribuição das etnias no País

Estado	População	Nº Etnias
Acre	6.810	13
Alegria	4.917	5
Amapá	5.095	6
Amazônia	89.529	52
Bahia	8.561	10
Ceará	4.650	2
Espírito Santo	1.347	1
Goias	142	3
Maranhão	14.271	9
Mato Grosso	17.329	38
Mato Grosso do Sul	45.259	5
Minas Gerais	6.200	5
Pará	15.715	28
Paraíba	6.902	1
Pernambuco	19.950	7
Rio de Janeiro	271	1
Rio Grande do Sul	13.354	2
Roridônia	5.573	28
Roraima	37.025	8
Santa Catarina	6.667	3
São Paulo	1.774	3
Sergipe	230	2
Tocantins	6.360	8
Total	325.652	*

Observação: \* Os dados populacionais referem-se as 215 sociedades indígenas. O total da coluna nº de etnias é maior devido ao fato de algumas etnias habitarem em mais de um estado.  
\* Não estão computados os índios isolados.  
\* Estão computados os índios que vivem em perímetros urbanos das seguintes cidades: 2.300 em Anambá/MS, 3.000 em Campo Grande/MS, 11.000 em Boa Vista/RR, 10.000 em Manaus/AM, 20 em Governador Valadares e, aproximadamente, 100 em Curitiba/PR, somando 28.420 índios.  
Fonte: ADRs/Funai, dezembro de 1995